

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABaixo.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2502074342M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

TRT 10ª Região

CARGO:

Cargo 12 Analista Judiciário – Área Judiciária

MODELO/BANCA:

Cebraspe

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

02/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

02/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

TRT 10ª REGIÃO (DFTO) – 1º SIMULADO – CARGO 12 ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA (PÓS-EDITAL) – 2502074342M

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa & Redação Oficial

Fidelis Almeida

1 A incerteza e a vulnerabilidade humanas são os alicerces de todo poder político: é desses acessórios gêmeos da condição humana, amplamente abominados, embora constantes, assim como do medo e da ansiedade que eles tendem a gerar, que o Estado moderno prometeu proteger seus súditos; e é sobretudo a partir dessa promessa que ele extrai sua razão de ser, assim como a obediência e o apoio eleitoral de seus cidadãos.

5 Numa sociedade moderna “normal”, a vulnerabilidade e a insegurança existencial, assim como a necessidade de viver e agir em condições de incerteza profunda e desesperadora, são garantidas pela exposição das ocupações da vida às forças do mercado, sabidamente voláteis e imprevisíveis. Com exceção da tarefa de criar e proteger as condições legais para o exercício das liberdades de mercado, não há necessidade de que o poder político contribua para a produção de incerteza e o conseqüente estado de insegurança existencial. Os caprichos do mercado são suficientes para erodir os alicerces da segurança existencial e manter pairando sobre a maioria dos membros da sociedade o espectro da degradação, humilhação e exclusão sociais.

10 Ao exigir de seus súditos obediência e observância à lei, o Estado pode basear sua legitimidade na promessa de reduzir a amplitude da vulnerabilidade e da fragilidade que caracterizam a atual condição de seus cidadãos: limitar os danos e prejuízos produzidos pelo livre jogo das forças do mercado, blindar os vulneráveis em relação aos infortúnios dolorosos e garantir os inseguros contra os riscos que a livre competição produz. Esse tipo de legitimação encontrou sua expressão máxima na autodefinição da moderna forma de governança como um “*État-providence*”, uma comunidade que toma para si mesma, para sua administração e seu gerenciamento, a obrigação e a promessa que costumavam ser atribuídas à divina Providência – proteger os fiéis das inclementes vicissitudes do destino, ajudá-los na ocorrência de infortúnios pessoais e prestar-lhes socorro em suas aflições.

BAUMAN, Z. & DONKIS, L. *Cegueira Moral*: a perda da sensibilidade na modernidade líquida. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. (com adaptações)

No que se refere às ideias e à organização discursiva do texto, julgue os itens a seguir.

- 1 Segundo o texto, caso o Estado moderno abdicasse de qualquer intervenção na economia, a exposição das atividades humanas à lógica do mercado resultaria na redução da vulnerabilidade e da insegurança existencial dos indivíduos.
- 2 De acordo com o autor, a fragilidade existencial dos indivíduos, em vez de representar apenas um problema social, constitui um elemento estruturante da própria lógica de funcionamento do poder político na modernidade.

- 3 A promessa de proteção feita pelo Estado moderno assegura a eliminação da incerteza e da insegurança, garantindo aos indivíduos uma existência estável e livre de riscos.
- 4 O texto pode ser classificado como predominantemente argumentativo, pois descreve as condições de incerteza e vulnerabilidade que fundamentam o poder político moderno.

Acerca dos aspectos linguísticos do texto, julgue os itens subsequentes.

- 5 No último período do terceiro parágrafo, o termo “vicissitudes” equivale semanticamente a inconstâncias.
- 6 No primeiro período do primeiro parágrafo, o vocábulo “que” (segunda ocorrência) funciona como um pronome relativo que retoma “ansiedade”.
- 7 No último período do segundo parágrafo, a oração “para erodir os alicerces da segurança existencial” expressa relação de finalidade.
- 8 No terceiro parágrafo, o sinal de dois-pontos e o travessão são empregados pela mesma razão.

Considerando o Manual de Redação da Presidência da República, julgue os itens a seguir.

- 9 A formalidade da redação oficial exige a adoção de um tom solene e rebuscado, garantindo que os documentos institucionais transmitam autoridade e prestígio.
- 10 A impessoalidade na redação oficial exige que a comunicação administrativa seja expressão exclusiva da vontade estatal, independentemente da identidade do emissor, do destinatário ou do agente responsável pelo ato.

Noções Gerais de Direito

Carlos Elias

- 11 As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
- 12 A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.
- 13 A lei é uma fonte material de direito.
- 14 Pela teoria do mínimo ético, a moral está dentro do direito.
- 15 A moral e o direito são marcados pela coercibilidade.

Direito Constitucional

Ricardo Blanco

Julgue o item.

- 16** Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

Julgue o item.

- 17** Não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

Julgue o item.

- 18** Nas empresas com até cem empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

Julgue o item.

- 19** São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

Julgue o item.

- 20** Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

Julgue o item.

- 21** Para concorrer a outros cargos, o Presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até três meses antes do pleito.

Julgue o item.

- 22** São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de governador de estado ou território, do Distrito Federal, de prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

Julgue o item.

- 23** É inconstitucional — à luz do dever estatal de proteção à saúde populacional (CF/1988, art. 196) — lei municipal que proíbe, em seu território, a vacinação compulsória e a respectiva imposição de restrições e sanções a pessoas não vacinadas, uma vez que desestimula a adesão à imunização e gera risco à saúde da coletividade.

Julgue o item.

- 24** É inconstitucional norma de Constituição estadual que estabelece limite etário para aposentadoria compulsória diverso do fixado pela Constituição Federal.

Julgue o item.

- 25** Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.

Direito Administrativo

Rafael de Oliveira

- 26** Com a modernização da administração pública, a descentralização dos serviços pode ocorrer não apenas por meio da criação de entidades da administração indireta, mas também por meio de parcerias público-privadas (PPPs) e concessões, ampliando a participação do setor privado na execução de serviços públicos.

- 27** As sociedades de economia mista possuem autonomia administrativa, financeira e patrimonial, mas estão sujeitas a controle estatal, inclusive no que diz respeito à transparência e à governança corporativa, conforme estabelecido na Lei das Estatais (Lei n. 13.303/2016).

- 28** Com a transformação digital, a Lei n. 14.129/2021, que trata do Governo Digital, incentiva a digitalização dos atos administrativos, não permitindo a produção de documentos eletrônicos assinados digitalmente, os quais possuem o mesmo valor jurídico dos documentos físicos assinados manualmente.

- 29** O uso de inteligência artificial (IA) pela administração pública deve observar os princípios da legalidade, impessoalidade e eficiência, sendo vedada qualquer forma de decisão automatizada que afete direitos individuais sem possibilidade de revisão humana.

- 30** A Lei n. 8.112/1990 prevê penalidades disciplinares para servidores públicos, incluindo demissão por atos de improbidade administrativa, sendo que, após a reforma da Lei n. 8.429/1992, a improbidade passou a exigir a comprovação de dolo específico.

- 31** A Lei n. 14.133/2021 eliminou a modalidade de convite e implementou a obrigatoriedade do uso da licitação eletrônica como regra, buscando ampliar a competitividade e transparência nos processos licitatórios.

- 32** A Lei n. 9.784/1999, ao tratar do processo administrativo federal, passou a ser interpretada em conformidade com a Lei do Governo Digital, permitindo que processos administrativos sejam conduzidos inteiramente de forma digital, salvo exceções expressamente previstas.

- 33** Após a reforma da Lei n. 8.429/1992, a configuração do ato de improbidade administrativa exige dolo específico, afastando a possibilidade de punição baseada em culpa ou erro grosseiro na gestão pública.
- 34** Durante a pandemia da COVID-19, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a responsabilidade civil do Estado em relação às ações de combate à crise sanitária deveria ser analisada sob a ótica da razoabilidade e da imprevisibilidade, podendo excluir a responsabilidade estatal em determinadas situações excepcionais.
- 35** A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/2018) não impõe restrições ao tratamento de dados pessoais por órgãos públicos, sendo que, mesmo quando há interesse público envolvido, o titular dos dados deve ser informado sobre a finalidade e o tempo de retenção das informações coletadas.

Noções de Direitos Humanos

Daniel Barbosa

- 36** De acordo com a Declaração Universal de Direitos Humanos, todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.
- 37** De acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, ninguém deve ser detido por dívida. Este princípio limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar.
- 38** De acordo com a convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, a expressão “discriminação racial” significará qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano, (em igualdade de condição), de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de vida pública.
- 39** De acordo com a Resolução n. 368/2023 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que instituiu o Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade no âmbito da Justiça do Trabalho, possui como princípio, dentre outros, a primazia da abordagem corretiva e socioeducativa.
- 40** De acordo com a Convenção sobre os direitos da criança, considera-se como criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade, salvo quando, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioria seja alcançada antes.

Noções de Governança Pública

Rafael Barbosa

- 41** A Escola Científica, fundamentada nas ideias de Frederick Taylor, defende a organização racional do trabalho por meio da padronização dos métodos e da divisão de tarefas, visando a máxima eficiência e produtividade.
- 42** A estrutura linear caracteriza-se por uma hierarquia simples e centralizada, que facilita a clareza na comunicação e a disciplina, embora possa restringir a flexibilidade e a inovação.
- 43** A cultura organizacional, composta por valores, crenças e práticas compartilhadas, é transmitida aos novos colaboradores por meio do processo de socialização organizacional, que facilita sua integração ao ambiente de trabalho.
- 44** A integridade, como princípio da boa governança na gestão pública, exige que as ações governamentais sejam conduzidas com transparência, ética e responsabilidade, fortalecendo a confiança dos cidadãos nas instituições.
- 45** O planejamento estratégico é um processo contínuo e dinâmico que envolve a definição de objetivos de longo prazo, a análise do ambiente interno e externo e a formulação de estratégias para atingir as metas organizacionais, sendo fundamental para a adaptação às mudanças.
- 46** No processo organizacional, a função de direção se limita à imposição de ordens e à execução rigorosa de planos, não envolvendo aspectos de comunicação ou de motivação.
- 47** Na gestão de resultados na produção de serviços públicos, o estabelecimento de objetivos é um procedimento secundário que não influencia significativamente a qualidade dos serviços prestados.
- 48** Na gestão por processos, os fluxogramas são empregados unicamente para documentar as atividades, sem contribuir para a análise ou identificação de oportunidades de melhoria.
- 49** No ciclo de vida de um projeto, a fase de planejamento é dispensável, visto que os objetivos, cronogramas e recursos podem ser definidos durante a execução.
- 50** Na busca pela excelência nos serviços públicos, a liderança transformadora e a promoção de uma cultura da inovação são dispensáveis, pois a manutenção dos processos formalmente estabelecidos é suficiente para garantir a eficiência.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Civil

Carlos Elias

- 51** Manoel e Patrícia são casados entre si, são domiciliados no Brasil e possuem dois filhos. Suponha que Manoel tenha constituído uma sociedade *offshore* nas Ilhas Virgens Britânicas em conjunto com sua esposa, de modo que cada um ficasse com 50% de quotas. No ato constitutivo da pessoa jurídica, eles pactuaram a cláusula *joint tenancy*, admitida naquele país e segundo a qual, com a morte de um dos sócios, automaticamente a sua quota se reverteria em favor do sócio sobrevivente, sem necessidade de qualquer inventário. Suponha que haja notícia de que, quando da constituição da *offshore*, o casal tenha transferido cerca de duzentos milhões de reais para a sociedade como integralização do capital social. Diante disso, julgue a seguinte assertiva.
- Sobrevindo a morte de Manoel e deixando este um patrimônio de um milhão de reais no Brasil, a lei brasileira disciplinará a sucessão *mortis causa*, inclusive em relação à quota da sociedade, de maneira que o juízo do inventário no Brasil deverá levar em conta as quotas da sociedade *offshore* que lhe pertencia em conjunto com os bens existentes no Brasil para que, ao final, a apuração da meação da viúva e o quinhão hereditário de cada herdeiro seja levada em conta. Isso porque o Brasil adotou o princípio da unicidade do juízo sucessório e, portanto, rejeitou o princípio da pluralidade de juízos sucessórios.
- 52** À luz do Código Civil, o empreendimento de economia solidária não é pessoa jurídica.
- 53** Patrícia vendeu um anel para sua vizinha Margarete, garantindo-lhe ser de ouro, mesmo sabendo que não era. Meses após a compra, Margarete percebeu que o anel começou a descascar, constatando assim que não era de ouro.
- Nesse caso, Margarete poderá pleitear a anulação do negócio jurídico com fundamento em erro.
- 54** A prescrição intercorrente observará a metade do prazo de prescrição da pretensão.
- 55** O ajuizamento de ação de curatela em face do autor da herança autoriza a deserção por testamento, mesmo que não tenha havido abuso de direito.
- 56** A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.
- 57** Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda.
- 58** Os juros moratórios legais correspondem à taxa Selic.
- 59** A correção monetária deverá se dar pelo IGP-M, salvo pacto em contrário.

- 60** Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato.
- 61** O prazo decadencial para os direitos decorrentes de vício redibitório é de dois anos quando a coisa adquirida for imóvel.
- 62** Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- 63** Se o registrador de imóveis entender haver alguma exigência a ser satisfeita para que o título possa ser registrado, o registrador se recusará a registrar o título, e só caberá ao interessado o ajuizamento de eventual ação judicial caso discorde.
- 64** No caso de alteração da relação de filiação, é permitida a inclusão e exclusão de sobrenomes, independentemente de autorização judicial, inclusive para os descendentes, cônjuge ou companheiro da pessoa que teve seu estado alterado.
- 65** Estão sujeitos a registro, no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros os contratos de compra e venda em prestações, com reserva de domínio ou não, qualquer que seja a forma de que se revistam, e os contratos de alienação ou de promessas de venda referentes a bens móveis.

Direito Processual Civil

Lídia Marangon

- 66** Sobre as teorias da ação, o STJ adota a teoria da asserção.
- 67** Não se admite a intervenção como *amicus curiae* de instituição de caráter abrangente, composta exclusivamente por advogados, cujo interesse subjetivo guarda relação apenas com o julgamento favorável a uma das partes.
- 68** A prerrogativa de intimação pessoal conferida à Defensoria Pública se aplica aos núcleos de prática jurídica das faculdades de direito, públicas ou privadas.
- 69** É cabível agravo de instrumento contra decisão interlocutória que julga procedente, total ou parcialmente, a primeira fase da ação de exigir contas.
- 70** A interposição de um recurso inexistente não gera preclusão consumativa, sendo cabível a subsequente interposição do recurso previsto na legislação.
- 71** O enquadramento na faixa de isenção de imposto de renda deve ser utilizado como critério para o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

- 72** Em consonância com o princípio da cooperação processual, é indispensável ao reconhecimento da deserção que o juiz intime a parte para regularizar o preparo – especificando qual o equívoco deverá ser sanado.
- 73** Compete à Justiça do Trabalho julgar demanda ajuizada por motorista de aplicativo em face da empresa gestora de plataforma digital, tendo em vista a relação de natureza trabalhista existente entre as partes.
- 74** Para que a sentença estrangeira de divórcio consensual produza efeitos no Brasil, é necessária sua homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.
- 75** Na hipótese de interposição conjunta de recurso extraordinário e recurso especial, os autos serão remetidos ao Supremo Tribunal Federal.
- 76** A interposição de embargos de divergência no Superior Tribunal de Justiça não tem o condão de interromper o prazo para interposição de recurso extraordinário por qualquer das partes.
- 77** A mera alegação por uma das partes da necessidade de intervenção da União, entidade autárquica ou empresa pública federal em uma demanda entre pessoas privadas em trâmite na Justiça Estadual é suficiente para que haja o deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- 78** É impenhorável o imóvel residencial caracterizado como bem de família em sua integralidade, impedindo sua alienação em hasta pública, salvo se se tratar de imóvel suscetível de divisão.
- 79** O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.
- 80** Dá-se a conexão entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
- 81** O pagamento de adicional de periculosidade efetuado por mera liberalidade da empresa, de forma proporcional ao tempo de exposição ao risco ou em percentual inferior ao máximo legalmente previsto, não dispensa a realização da prova técnica.
- 82** Tratando-se de pedido de pagamento de diferenças salariais decorrentes da inobservância dos critérios de promoção estabelecidos em Plano de Cargos e Salários criado pela empresa, a prescrição aplicável é a parcial, pois a lesão é sucessiva e se renova mês a mês.
- 83** Presume-se discriminatória a despedida de empregado portador do vírus HIV ou de outra doença grave que suscite estigma ou preconceito. Inválido o ato, o empregado tem direito à reintegração no emprego.
- 84** Assegura-se o direito à manutenção de plano de saúde ou de assistência médica oferecido pela empresa ao empregado, não obstante suspenso o contrato de trabalho em virtude de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez.
- 85** Convalidam-se os efeitos do contrato de trabalho que, considerado nulo por ausência de concurso público, quando celebrado originalmente com ente da administração pública indireta, continua a existir após a sua privatização.
- 86** Considera-se em prontidão o empregado que, à distância e submetido a controle patronal por instrumentos telemáticos ou informatizados, permanecer em regime de plantão ou equivalente, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço durante o período de descanso.
- 87** As anotações apostas pelo empregador na carteira profissional do empregado não geram presunção "*juris et de jure*", mas apenas "*juris tantum*".
- 88** Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho, o empregado tem direito a 50% (cinquenta por cento) do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.
- 89** Presume-se abusiva a transferência de empregados que exerçam cargo de confiança sem comprovação da necessidade do serviço.
- 90** A supressão total ou parcial, pelo empregador, de serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos 1 (um) ano, assegura ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de 1 (um) mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, para cada ano completo de prestação de serviço acima da jornada normal. O cálculo observará a média das horas suplementares nos últimos 12 (doze) meses anteriores à mudança, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão.
- 91** Mesmo que preenchidos os requisitos do vínculo empregatício, não é legítimo o reconhecimento de relação de emprego entre policial militar e empresa privada, em razão do cabimento de penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar.
- 92** Exaurido o período de estabilidade, são devidos ao empregado apenas os salários do período compreendido entre a data da despedida e o final do período de estabilidade, não lhe sendo assegurada a reintegração no emprego.

Direito do Trabalho

Fernanda Rocha

Direito Processual do Trabalho

Leandro Alencar

Acerca da competência material da Justiça do Trabalho, julgue o item a seguir.

- 93** Não compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

Julgue o item a seguir.

- 94** A Justiça do Trabalho não é competente para decidir quanto à homologação de acordo extrajudicial em matéria trabalhista.

Quanto à aplicação do CPC ao processo do trabalho, julgue o item.

- 95** Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas do processo judiciário do trabalho.

Quanto às nulidades no processo do trabalho, julgue o item a seguir.

- 96** A nulidade não será pronunciada quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato e quando arguida por quem lhe tiver dado causa.

Julgue o item a seguir.

- 97** O *Jus Postulandi* sofre limitações no processo do trabalho. No entanto, aplica-se aos casos de homologação de acordo extrajudicial.

No que diz respeito aos atos, termos e prazos processuais, julgue.

- 98** Os atos processuais serão públicos salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 8 (oito) às 20 (vinte) horas.

Quanto ao ato de penhora, julgue o item.

- 99** Fica vedado ao juiz do trabalho autorizar a realização de penhora em domingo ou feriado.

Acerca das custas no processo do trabalho, julgue o item a seguir.

- 100** No processo de conhecimento e no processo de execução as custas incidirão à base de 2% (dois por cento), observado o mínimo de R\$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos) e o máximo de quatro vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Julgue o item a seguir.

- 101** Da decisão interlocutória que acolher o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, na fase de cognição, caberá recurso ordinário.

Julgue o item abaixo acerca do procedimento sumaríssimo.

- 102** Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo caberá recurso de revista nas hipóteses de contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou à súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal. No entanto, não se admite o referido recurso por contrariedade à Orientação Jurisprudencial do TST.

Sobre o valor probatório das anotações na CTPS do(a) empregado(a), julgue.

- 103** As anotações apostas pelo empregador na carteira profissional do empregado não geram presunção "*juris et de jure*", mas apenas "*juris tantum*".

Julgue o item a seguir.

- 104** Elaborada a conta e tornada líquida a sentença, o juízo deverá abrir às partes prazo comum de cinco dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.

Acerca dos honorários advocatícios, julgue o item.

- 105** Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

Direito Previdenciário

Fernando Maciel

- 106** O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é um regime de filiação obrigatória, mas admite a filiação facultativa para aqueles que não exerçam atividade remunerada.

- 107** A aposentadoria especial no RGPS exige comprovação de exposição a agentes nocivos pelo período mínimo de 25 anos, sem necessidade de comprovação do tempo de contribuição.

- 108** A filiação ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é compulsória para servidores públicos titulares de cargo efetivo, independentemente da realização de contribuições previdenciárias.

- 109** O benefício de pensão por morte, no RGPS, será concedido aos dependentes do segurado falecido, ainda que ele não tenha cumprido o período de carência exigido para sua aposentadoria.

- 110** O salário-maternidade é um benefício pago exclusivamente às seguradas empregadas e avulsas, não se estendendo às seguradas facultativas.

- 111** Para fins de aposentadoria programada no RGPS, o tempo de contribuição exigido para segurados homens e mulheres é o mesmo, desde que comprovada a carência mínima de 15 anos.

- 112** No âmbito do RGPS, o benefício de auxílio-reclusão é devido aos dependentes do segurado de baixa renda que esteja preso em regime fechado ou semiaberto, desde que ele não esteja recebendo remuneração de empresa ou benefício do INSS.
- 113** O segurado especial, como o trabalhador rural em regime de economia familiar, pode contribuir facultativamente para o RGPS a fim de obter benefícios previdenciários em valores superiores ao salário mínimo.
- 114** As entidades fechadas de previdência complementar são instituídas exclusivamente por empresas ou grupos de empresas, sendo vedada sua criação por entes públicos.
- 115** No RPPS, o tempo de contribuição prestado em cargo público pode ser contado para fins de aposentadoria no RGPS, desde que haja a respectiva compensação previdenciária entre os regimes.
- 116** O período de graça, que mantém a qualidade de segurado mesmo sem contribuições, varia conforme o tempo de contribuição anterior do segurado, podendo alcançar até 36 meses em determinados casos.
- 117** O fator previdenciário foi extinto para todas as modalidades de aposentadoria no RGPS, inclusive para segurados que optarem pela regra do pedágio prevista na EC n. 103/2019.
- 118** O salário-maternidade pode ser concedido a um homem segurado do RGPS que adote uma pessoa, independentemente da idade do adotado.
- 119** A aposentadoria compulsória do servidor público ocorre aos 70 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- 120** O segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que sofre um acidente de qualquer natureza e fica temporariamente incapacitado para o trabalho tem direito ao auxílio por incapacidade temporária, mesmo que não tenha cumprido a carência mínima exigida para o benefício.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
1º SIMULADO
CARGO 12 ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA (PÓS-EDITAL)

GABARITO

Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Gabarito	E	C	E	E	C	E	E	C	E	C
Item	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	C	C	E	E	E	C	C	E	C	C
Item	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Gabarito	E	C	C	C	C	C	C	E	C	C
Item	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Gabarito	C	C	C	C	E	C	E	C	E	C
Item	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
Gabarito	C	C	C	C	C	E	E	E	E	E
Item	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Gabarito	E	E	E	E	E	C	C	C	E	C
Item	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
Gabarito	E	C	E	C	C	C	C	C	C	C
Item	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
Gabarito	E	C	E	E	E	E	E	C	C	E
Item	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Gabarito	E	C	C	E	C	E	C	C	C	E
Item	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
Gabarito	E	C	E	E	C	C	E	E	E	E
Item	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110
Gabarito	E	C	C	E	E	C	E	E	C	E
Item	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
Gabarito	E	E	C	E	C	C	E	E	E	C



SER APROVADO É UMA QUESTÃO DE TREINO

E, com **mais de 3 milhões de questões**, você vai achar que a prova é mais uma bateria delas.

Selecione questões por órgão, nível, cargo, banca, ano, estado, conteúdo e matéria.

Tenha controle do que já fez, avalie com facilidade seus erros e acertos e estude de forma pragmática para passar no concurso dos seus sonhos.



QUESTÕES COMENTADAS

Se surgir dúvida, não se preocupe. O app conta com 100% das questões comentadas, para que você assimile melhor o conteúdo!



ASSUNTOS FREQUENTES

Saiba o que despensa nas provas. Com essa funcionalidade, você fica por dentro dos assuntos mais cobrados dos concursos, podendo assim dar mais atenção para as matérias mais importantes.



MARCADORES

Nessa categoria, quem manda é você! Crie seus próprios marcadores, organizando suas questões como for mais fácil para você. Separe por erros, difíceis, fáceis, com peguinhas ou conforme sua imaginação mandar!



A MELHOR PARTE

Uma infinidade de vantagens espera por você no Gran Questões, mas a melhor parte é: **GRÁTIS PARA ALUNOS ILIMITADOS**. Garanta agora sua Assinatura Ilimitada e use e abuse do app de questões mais completo do Brasil!

TRT 10ª REGIÃO (DFTO) – 1º SIMULADO – CARGO 12 ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA (PÓS-EDITAL) – 2502074342M

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa & Redação Oficial

Fidelis Almeida

1 A incerteza e a vulnerabilidade humanas são os alicerces de todo poder político: é desses acessórios gêmeos da condição humana, amplamente abominados, embora constantes, assim como do medo e da ansiedade que eles tendem a gerar, que o Estado moderno prometeu proteger seus súditos; e é sobretudo a partir dessa promessa que ele extrai sua razão de ser, assim como a obediência e o apoio eleitoral de seus cidadãos.

5 Numa sociedade moderna “normal”, a vulnerabilidade e a insegurança existencial, assim como a necessidade de viver e agir em condições de incerteza profunda e desesperadora, são garantidas pela exposição das ocupações da vida às forças do mercado, sabidamente voláteis e imprevisíveis. Com exceção da tarefa de criar e proteger as condições legais para o exercício das liberdades de mercado, não há necessidade de que o poder político contribua para a produção de incerteza e o conseqüente estado de insegurança existencial. Os caprichos do mercado são suficientes para erodir os alicerces da segurança existencial e manter pairando sobre a maioria dos membros da sociedade o espectro da degradação, humilhação e exclusão sociais.

10 Ao exigir de seus súditos obediência e observância à lei, o Estado pode basear sua legitimidade na promessa de reduzir a amplitude da vulnerabilidade e da fragilidade que caracterizam a atual condição de seus cidadãos: limitar os danos e prejuízos produzidos pelo livre jogo das forças do mercado, blindar os vulneráveis em relação aos infortúnios dolorosos e garantir os inseguros contra os riscos que a livre competição produz. Esse tipo de legitimação encontrou sua expressão máxima na autodefinição da moderna forma de governança como um “*État-providence*”, uma comunidade que toma para si mesma, para sua administração e seu gerenciamento, a obrigação e a promessa que costumavam ser atribuídas à divina Providência – proteger os fiéis das inclementes vicissitudes do destino, ajudá-los na ocorrência de infortúnios pessoais e prestar-lhes socorro em suas aflições.

BAUMAN, Z. & DONKIS, L. *Cegueira Moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida*. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. (com adaptações)

No que se refere às ideias e à organização discursiva do texto, julgue os itens a seguir.

- 1 Segundo o texto, caso o Estado moderno abdicasse de qualquer intervenção na economia, a exposição das atividades humanas à lógica do mercado resultaria na redução da vulnerabilidade e da insegurança existencial dos indivíduos.

Errado.

Assunto abordado: Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.

O texto sustenta que, em uma sociedade moderna “normal”, a insegurança existencial decorre justamente da exposição das ocupações da vida às forças do mercado, que são voláteis e imprevisíveis. Dessa forma, longe de mitigar a vulnerabilidade humana, a ausência de regulação estatal permitiria que os caprichos do mercado operassem sem qualquer contenção, ampliando a insegurança e os riscos sociais.

- 2 De acordo com o autor, a fragilidade existencial dos indivíduos, em vez de representar apenas um problema social, constitui um elemento estruturante da própria lógica de funcionamento do poder político na modernidade.

Certo.

Assunto abordado: Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.

O texto enfatiza que a vulnerabilidade e a insegurança não são apenas desafios individuais, mas alicerces sobre os quais o Estado moderno fundamenta sua legitimidade e obtém a obediência de seus cidadãos. A promessa estatal de proteção contra os efeitos desestabilizadores do mercado é descrita como essencial para a manutenção do poder político, reforçando a ideia de que a precariedade da existência não é um mero acaso, mas um fator estratégico para a perpetuação da autoridade estatal.

- 3 A promessa de proteção feita pelo Estado moderno assegura a eliminação da incerteza e da insegurança, garantindo aos indivíduos uma existência estável e livre de riscos.

Errado.

Assunto abordado: Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.

O texto não indica que a atuação estatal elimina a insegurança existencial, mas apenas que busca atenuar os danos provocados pelo mercado. Ainda que o Estado moderno se apresente como um guardião contra os infortúnios, sua intervenção não erradica os efeitos da vulnerabilidade humana. A própria referência à vulnerabilidade como um elemento constante da condição humana indica que a insegurança não pode ser abolida, apenas controlada em certa medida.

- 4 O texto pode ser classificado como predominantemente argumentativo, pois descreve as condições de incerteza e vulnerabilidade que fundamentam o poder político moderno.

Errado.

Assunto abordado: Reconhecimento de tipos textuais.

O texto não se limita a descrever as condições de incerteza e vulnerabilidade: ele constrói uma tese e desenvolve um raciocínio crítico sobre como esses elementos sustentam o poder político moderno. A estrutura textual é argumentativa, pois apresenta uma análise das relações entre insegurança existencial, Estado e mercado, além de buscar persuadir o(a) leitor(a) sobre o papel do Estado como um agente que tanto promete proteção quanto se beneficia da fragilidade dos indivíduos. A mera descrição implicaria uma abordagem objetiva, sem juízo de valor que leve à defesa de uma ideia central, o que não ocorre no texto.

Acerca dos aspectos linguísticos do texto, julgue os itens subsequentes.

- 5 No último período do terceiro parágrafo, o termo “vicissitudes” equivale semanticamente a inconstâncias.

Certo.

Assunto abordado: Significação das palavras.

O termo “vicissitudes” refere-se a mudanças, variações ou revezes que ocorrem ao longo do tempo, especialmente aquelas que trazem dificuldades ou desafios. No texto, as “vicissitudes do destino” são apresentadas como eventos imprevisíveis e adversos que podem afetar a vida dos indivíduos, razão pela qual o Estado moderno, na lógica do ‘*État-providence*’, assume a função de protegê-los dessas oscilações. O termo “inconstâncias” guarda proximidade semântica com “vicissitudes”, pois também remete à ideia de variações e instabilidades.

- 6 No primeiro período do primeiro parágrafo, o vocábulo “que” (segunda ocorrência) funciona como um pronome relativo que retoma “ansiedade”.

Errado.

Assunto abordado: Emprego das classes de palavras.

No primeiro período do primeiro parágrafo, a segunda ocorrência do vocábulo “que” não retoma “ansiedade”, caso em que seria um pronome relativo. Nessa situação, atua como partícula de realce em conjunto com a forma verbal “é”, enfatizando os “acessórios gêmeos da condição humana” como os aspectos da vida humana dos quais “o Estado moderno prometeu proteger seus súditos”. Veja-se que pode ser suprimida, sem prejuízo à integridade gramatical do trecho: *desses acessórios gêmeos da condição humana [...] que o Estado moderno prometeu proteger seus súditos*

- 7 No último período do segundo parágrafo, a oração “para erodir os alicerces da segurança existencial” expressa relação de finalidade.

Errado.

Assunto abordado: Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.

A oração “para erodir os alicerces da segurança existencial” complementa o sentido do adjetivo “suficientes”, funcionando sintaticamente como complemento nominal. Veja-se: *Suficientes para quê? Para erodir os alicerces da segurança existencial*. Trata-se, assim, de uma oração subordinada substantiva completiva nominal reduzida de infinitivo. Portanto, não pode expressar relação de finalidade.

- 8 No terceiro parágrafo, o sinal de dois-pontos e o travessão são empregados pela mesma razão.

Certo.

Assunto abordado: Emprego dos sinais de pontuação.

No terceiro parágrafo, o sinal de dois-pontos separa a expressão explicativa “limitar os danos e prejuízos produzidos pelo livre jogo das forças do mercado, blindar os vulneráveis em relação aos infortúnios dolorosos e garantir os inseguros contra os riscos que a livre competição produz”, que esclarece qual é a “promessa de reduzir a amplitude da vulnerabilidade e da fragilidade que caracterizam a atual condição de seus cidadãos”. Da mesma forma, o travessão isola a expressão explicativa “proteger os fiéis das inclementes vicissitudes do destino, ajudá-los na ocorrência de infortúnios pessoais e prestar-lhes socorro em suas aflições”, que indica qual é “a obrigação e a promessa que costumavam ser atribuídas à divina Providência”.

Considerando o Manual de Redação da Presidência da República, julgue os itens a seguir.

- 9 A formalidade da redação oficial exige a adoção de um tom solene e rebuscado, garantindo que os documentos institucionais transmitam autoridade e prestígio.

Errado.

Assunto abordado: Redação oficial – formalidade.

A formalidade na redação oficial não implica o uso de linguagem rebuscada ou sofisticada, mas sim o respeito às normas e convenções institucionais que garantem a padronização dos documentos. O Manual de Redação Oficial da Presidência da República preconiza uma comunicação clara, objetiva e acessível, eliminando ambiguidades e barreiras interpretativas. O uso de termos complexos e construções arcaicas, por exemplo, compromete a eficiência da comunicação, contrariando os princípios de clareza.

- 10 A impessoalidade na redação oficial exige que a comunicação administrativa seja expressão exclusiva da vontade estatal, independentemente da identidade do emissor, do destinatário ou do agente responsável pelo ato.

Certo.

Assunto abordado: Redação oficial – impessoalidade.

Fundamentada no art. 37 da Constituição Federal, a impessoalidade na redação oficial impede qualquer traço de subjetividade, garantindo que os documentos sejam emitidos em nome da administração pública, e não do agente que os redige. Além disso, o destinatário é sempre tratado de forma homogênea, e os assuntos abordados dizem respeito apenas ao interesse coletivo, eliminando qualquer viés particular ou interpessoal.

Noções Gerais de Direito

Carlos Elias

- 11 As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

Certo.

Assunto abordado: Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

É o art. 1º, § 3º, da LINDB:

Art. 1º Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

§ 1º Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada. (Vide Lei n. 1.991, de 1953) (Vide Lei n. 2.145, de 1953) (Vide Lei n. 2.410, de 1955) (Vide Lei n. 2.770, de 1956) (Vide Lei n. 3.244, de 1957) (Vide Lei n. 4.966, de 1966) (Vide Decreto-Lei n. 333, de 1967) (Vide Lei n. 2.807, de 1956) (Vide Lei n. 4.820, de 1965)

§ 2º (Revogado pela Lei n. 12.036, de 2009).

§ 3º Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação.

§ 4º As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

- 12 A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.

Certo.

Assunto abordado: Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

É o art. 13 da LINDB:

A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.

- 13 A lei é uma fonte material de direito.

Errado.

Assunto abordado: Fontes de direito.

A lei é classificada como fonte formal, e não material, do direito. Fontes materiais dizem respeito aos fatores sociais que dão origem às normas jurídicas, enquanto fontes formais são os meios pelos quais o direito se expressa, como leis, doutrina e precedentes.

- 14 Pela teoria do mínimo ético, a moral está dentro do direito.

Errado.

Assunto abordado: Direito e moral.

É o contrário. Por essa teoria, o direito está dentro da moral, é o mínimo moral exigido da sociedade de modo coercitivo – aquilo que é obrigatório.

- 15 A moral e o direito são marcados pela coercibilidade.

Errado.

Assunto abordado: Fontes de direito.

A moral não é coercitiva: quem a viola não sofre sanções jurídicas, apenas sociais. O direito, por outro lado, é marcado pela coercibilidade: afrontá-lo pode levar a consequências legais.

Direito Constitucional

Ricardo Blanco

Julgue o item.

- 16 Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

Certo.

Assunto abordado: Direitos individuais.

Art. 5º CF, LI – nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

Julgue o item.

- 17 Não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

Certo.

Assunto abordado: Direitos individuais.

Art. 5º CF, LII – não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

Julgue o item.

- 18 Nas empresas com até cem empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

Errado.

Assunto abordado: Direitos sociais.

Art. 11. Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

Julgue o item.

- 19 São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

Certo.

Assunto abordado: Nacionalidade.

Art. 12. São brasileiros:

I – natos:

- a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

Julgue o item.

- 20 Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

Certo.

Assunto abordado: Nacionalidade.

Art. 12, § 1º Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

Julgue o item.

- 21 Para concorrer a outros cargos, o Presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até três meses antes do pleito.

Errado.

Assunto abordado: Direitos políticos.

Art. 14 CF, § 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora